

**Ata da Primeira Reunião Extraordinária do Exercício de 2018.**

Aos vinte um dia do mês de março de dois mil e dezoito, às dezesseis horas e trinta minutos, reuniram-se nas dependências da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Caraguatatuba, situada na Rua Santos Dumont número quinhentos e dois, membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Caraguatatuba. Presidente Marcel Luiz Giorgeti Santos deu início a reunião quando constatou presença significativa dos conselheiros. Em seguida o presidente explica que não irá passar a ata uma vez que se trata de uma extraordinária, e passa a pauta do dia. O diretor Ronaldo Cheberle da início apresentando o processo de nº 7887/2018 - Instalação de Infraestrutura Jardim Imperial, referente a uma Licença Prévia, onde foram solicitados instalação de infraestrutura em vias de acesso aprovadas no projeto de loteamento. Ele explica que as exigências técnicas são documentos que comprovem a dominialidade da área, incluindo a responsabilidade pela instalação e implantação; deverá apresentar laudo de caracterização da cobertura vegetal onde será necessário o corte ou supressão; Apresentar levantamento topográfico planialométrico de toda área do loteamento; Apresentar projeto executivo detalhado de todas as vias a ser implantada de acordo com os critérios estabelecidos pela norma técnica ABNT conforme citado na minuta da licença. A conselheira Jorah pergunta se estão previsto saneamento básico. Ronaldo explica que saneamento básico é responsabilidade do município, ele explica que não pode exigir isso do loteamento, pois não se trata de um loteamento fechado, ele finaliza esclarecendo todas as dúvidas dos conselheiros. A conselheira Carmem solicitou como condicionante que tenha anexado ao processo planta aprovada do loteamento registrada em cartório, solicitou também uma procuração da técnica responsável com documento. Os conselheiros analisam o processo antes da votação. Em seguida A conselheira Carmem pede autorização dos conselheiros para tratar de um assunto que não esta na pauta. Ela fala sobre a possibilidade do uso do Fundo de Meio Ambiente, para impressão das cartilhas da arborização urbana, para serem utilizadas em campanhas, eventos e entre outros. Ela apresenta os orçamentos para os conselheiros. Em seguida o presidente abre para votação. Os conselheiros aprovam a utilização do fundo de Meio Ambiente para impressão das cartilhas de Arborização urbana, ficou decidido pelo conselho o orçamento de menor

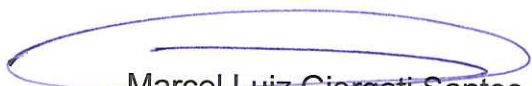


CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

valor em papel reciclável, deu se aprovado por unânime. Em seguida presidente abre para a votação do processo de nº 7887/2018 - Instalação de Infraestrutura Jardim Imperial, todos os conselheiros aprovam e deu se aprovado por unanimidade. Em seguida o Presidente solicita que o técnico apresente o próximo processo da pauta. Luis Eduardo apresenta o processo nº 4532/2017 Carlos Hermann Guilherme Martins, referente a uma licença de operação, ele explica que o empreendimento estava com algumas exigências técnicas pendente na fase de licença de instalação, e que a técnica fez uma vistoria e exigiu adequações no empreendimento. Luis apresenta para os conselheiros quais foram às exigências técnicas e quais as adequações que a empresa fez. Luiz Eduardo disse que depois do empreendimento ter adequadado a licença de instalação, a técnica dá prosseguimento à licença de operação, sendo realizada uma nova vistoria e fazendo exigências técnicas para a licença de operação, ela solicitou como condicionante que fosse recuperada a área de reserva legal, Luiz explica que foi firmado um Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental; ele disse que foram exigidos também área de estacionamento de veículos que devera ser impermeabilizada com sistema de canaletas ligado a caixa separadora de água e óleo; deverá se apresentado cronograma de desmobilização dos resíduos armazenados anteriormente a emissão de licença de operação; Não poderá haver disposição final do material triado; Deverão ser apresentados relatórios semestrais contendo quantidade mensal e acumulada de cada tipo de resíduo recebido e destinado e seus comprovantes anexo; Deverá também ser fixada a identificação visível, na entrada do empreendimento, no que tange as atividades desenvolvidas e processo de aprovação do empreendimento. A conselheira Carmem pergunta se tem a possibilidade de constar como condicionante vistoria do controle de zoonose a cada quinze dias, para acompanhamento e combate a dengue. O presidente solicita que técnico comunique a secretaria de controle zoonose sobre o novo empreendimento licenciado para que possa fazer vistorias e acompanhamento do controle zoonose. O presidente abre para votação, todos os conselheiros aprovam o processo, e deu se aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada essa reunião, com esta ATA lavrada e assinada por mim, Maria Isabela Melo Alves, secretária designada, e o Presidente Marcel Luiz Giorgeti Santos.



CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE


Marcel Luiz Giorgetti Santos
Presidente


Maria Isabela Melo Alves
Secretária Designada

Jorah Maria Hoppmam (SESAU) 

Ricardo Q. A. de Sousa (SEDUC) 

Carmem Luiza R. da Silva (SAJUR) 

M. M. R. M. Serra (Ong Maranata) 

Thiago Fabrette (AHP) 

Luis Eduardo D. Fernandes (SMAAP) 

Sergio Augusto Garcia (AEAA-C)

Liliane Santana da Silva (TURISMO)

Marcos Alves Medeiros (DEFESA CIVIL)

